



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER

# LEI COMPLEMENTAR Nº 37/2020

## "CRIA A PROCURADORIA JURÍDICA DO PODER LEGISLATIVO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, O Prefeito Municipal; nos termos do § 1º do art. 54 da Lei Orgânica Municipal, tacitamente sancionou, e eu Eduardo Salomão Moreira Silva, **Presidente da Câmara Municipal de Santo Antonio de Leverger – MT**, nos termos do § 8º do mesmo artigo e ainda art. 34, V, da Lei Orgânica Municipal **PROMULGO** a seguinte Lei.

**Art. 1º** Fica criada, integrando a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger, a Procuradoria Legislativa, a qual compete a representação judicial, a consultoria e o assessoramento técnico-jurídico do Poder Legislativo Municipal, subordinada à Mesa Diretora.

**Parágrafo Único** - Com a instituição da Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal, o cargo de Assessor Jurídico, constante no art. 22, inciso III da Lei 1.237/2018, cujas remunerações estão previstas no art. 69, inciso IV da Lei 1.237/2018 e alterações posteriores, passa a ser denominado de "Procurador Legislativo", com atribuições previstas nesta Lei.

**Art. 2º** Compete à Procuradoria da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger:

I - representação advocatícia da Câmara Municipal, em juízo ou fora dele, e a defesa ativa ou passiva dos atos e prerrogativas da Casa, das Comissões Legislativas Permanentes e Temporárias e da Mesa Diretora ou de seus Membros;

II - o exercício de funções de consultoria jurídica do Poder Legislativo, inclusive das Comissões Legislativas Permanentes e Temporárias;





**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER**

III - a defesa dos interesses da Câmara Municipal e dos membros da

Mesa Diretora junto aos contenciosos judiciais e administrativos referente ao exercício da função diretora;

IV - o preparo de informações a serem enviadas ao Poder Judiciário nos casos de mandado de segurança, ação popular, arguição de inconstitucionalidade ou de qualquer outra medida judicial, quando solicitada;

V - prestar consultoria e assistência jurídica à Presidência, à Secretaria Geral, ao Plenário, à Mesa Diretora, aos Vereadores, às Comissões Permanentes e Temporárias, nos assuntos relativos às atividades da Câmara;

VI - a proposição à Mesa Diretora da edição de normas legais ou regulamentares de natureza geral;

VII - o pronunciamento sobre providências de natureza jurídica de interesse público e aconselhadas pela legislação;

VIII - o pronunciamento sobre consultas a serem formuladas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e demais órgãos de controle financeiro e orçamentário, se determinado pela Mesa Diretora;

IX - elaborar minutas de contratos e emitir pareceres consultivos prévios sobre processos administrativos em geral, inclusive licitatórios e disciplinares, a serem definidos por ato da Mesa;

X - examinar contratos, convênios e outros instrumentos de natureza não judicial, em que a Câmara Municipal figurar como parte integrante;

XI - o pronunciamento prévio com referência ao cumprimento de decisões judiciais e, por determinação da Mesa Diretora, nos pedidos de extensão de julgados relacionados com a Câmara Municipal;

XII - a proposição à Mesa Diretora de medidas que julgar necessárias à uniformização da jurisprudência administrativa;

XIII - o pronunciamento, quando solicitado, nos processos administrativos em que haja questão judicial correlata ou que nele possa influir, como condição de seu





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER**

prosseguimento;

XIV - o desempenho de outras atribuições que lhe forem expressamente cometidas por qualquer membro da Mesa Diretora.

**Parágrafo Único** - Fica vedado a Procuradoria Jurídica a defesa dos interesses pessoais dos membros da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger, mesmo que no exercício de suas atividades parlamentares.

**Art. 3º** A Procuradoria da Câmara Municipal poderá ser dirigida por um Procurador-Geral, nomeado através de Portaria da Mesa Diretora, dentre os Procuradores com maior tempo de atividade junto ao Poder Legislativo de Santo Antônio de Leverger.

**§ 1º**- Compete ao Procurador Geral, sem prejuízo de outras atribuições:

- I - chefiar a Procuradoria, superintender e coordenar suas atividades, orientando sua atuação;
- II - despachar diretamente com a Mesa Diretora e o Presidente da Casa;
- III - apresentar relatório sobre as atividades da Procuradoria ao final de cada sessão legislativa;
- IV - receber as citações iniciais ou comunicações referentes a ações e processos ajuizados contra a Mesa Diretora ou seus membros, ou nos quais deva a Procuradoria intervir;
- V - encaminhar à Mesa Diretora para deliberação os expedientes de cumprimento ou de extensão de decisão judicial;
- VI - determinar a propositura de ações que entender necessárias à defesa e ao resguardo dos interesses da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger;
- VII - indicar ou designar os Procuradores para integrar os órgãos que devam contar com representantes da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger;
- VIII - delegar atribuições a seus subordinados, autorizando expressamente quando for o caso;
- IX - indicar seu substituto em seus impedimentos, ausências temporárias,

*EL*





**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER**

férias, licenças ou afastamentos ocasionais, bem como no caso de vacância do cargo, até nomeação de novo titular;

X - autorizar, mediante delegação de competência da Mesa Diretora:

- a) a não propositura ou a desistência de medida judicial, especialmente quando o valor do benefício pretendido não justifique a ação ou, quando do exame da prova, se evidenciar improbabilidade de resultado favorável;
- b) dispensa da interposição de recursos judiciais cabíveis, ou a desistência dos interpostos, especialmente quando contraindicada a medida em face da orientação jurisprudencial dominante;
- c) a não execução de julgados quando a iniciativa for infrutífera, notadamente pela inexistência de bens a serem executados.

**§ 2º** O Procurador-Geral receberá uma gratificação de 50% (sessenta por cento) sobre o vencimento base do cargo, que não será incorporada para cálculo dos proventos e pensões.

**§ 3º** - Em virtude do funcionamento da Câmara Municipal ser em meio período (das 07:00 as 13:00), o cargo de Procurador Legislativo não é de dedicação exclusiva, mas o titular deve participar de todas as sessões da Câmara Municipal, inclusive as solenes e extraordinárias.

**Art. 4º** O cargo de Assessor Jurídico, provimento efetivo, é, de ofício, re-enquadrado na estrutura da Procuradoria Legislativa, com a denominação de Procurador Legislativo Municipal, não acarretando alteração da remuneração base.

**Art. 5º** O quadro de Procuradores da Câmara Municipal será destinado privativamente a bacharel em direito, com inscrição regular na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

**§ 1º** A carga horária normal de trabalho será de 6 (seis) horas diárias, correspondendo a uma carga horária semanal de 30 (trinta) horas.

**§ 2º** Devido ao cumprimento rotineiro de atividades externas, os





**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER**

Procuradores são dispensados, da assinatura ou controle de ponto, nos termos da Súmula 09 (nove) do Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil;

**§ 3º** O controle de frequência dos Procuradores Legislativos poderá ser realizado por relatório de atividades.

**§4º** As demais disposições relativas à jornada de trabalho dos Procuradores são as previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**Art. 6º** O desenvolvimento dos Procuradores na carreira dar-se-á mediante progressão e promoção.

**§ 1º** - O Procurador somente poderá ascender na carreira, por meio de progressão e promoção, se comprovar o preenchimento dos requisitos necessários para tanto.

**§2º** – Os critérios de progressão e promoção são aqueles disciplinados aos Servidores Efetivos do Poder Legislativo em lei própria.

**Art. 7º** Perderá o direito à progressão e à promoção o Procurador que, no período aquisitivo:

- I - sofrer punição disciplinar em que seja suspenso;
- II - afastar-se das funções específicas de seu cargo.

**§ 1º** Na hipótese prevista no inciso II do caput deste artigo, suspender-se-á o período aquisitivo enquanto durar o afastamento, voltando o período a contar novamente quando do retorno do servidor às respectivas funções.

**§ 2º** Não serão considerados como períodos de afastamentos de que tratam o caput deste artigo os seguintes casos:

- I - férias anuais;
- II - concessão de licença em virtude de casamento, nos termos do Estatuto dos S
- III - concessão de licença por falecimento de parentes, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER**

IV - licença maternidade e licença paternidade;

V - licença para tratamento de saúde ou licença decorrente de doença profissional ou de acidente de trabalho, de até 90 (noventa) dias.

**Art. 8º** A progressão e a promoção produzirão efeitos financeiros a partir do primeiro dia subsequente a data em que for publicada a Portaria que concede o benefício.

**Art. 9º** Os cargos de Procuradores Legislativos serão preenchidos da por nomeação, precedida de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da Constituição Federal, tratando-se de cargo inicial de carreira;

**Parágrafo Único.** As nomeações dos concursados far-se-ão sempre no padrão inicial da carreira, conforme quadro do regime jurídico dos servidores do Poder Legislativo.

**Art. 10** Para provimento do cargo efetivo de Procurador Legislativo será rigorosamente observados os requisitos básicos:

**Parágrafo Único** - São requisitos básicos para provimento do cargo público:

I - nacionalidade brasileira;

II - gozo dos direitos políticos;

III - regularidade com as obrigações militares, se do sexo masculino, e com as eleitorais;

IV - idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

V - condições de saúde física e mental, compatíveis com o exercício do cargo, emprego ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial.

VI - Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, até a data da posse.

**Art. 11** - Na realização do concurso público poderão ser aplicadas provas teóricas objetivas e/ou subjetivas, bem como práticas e/ou orais.

**Art. 12** - O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER**  
**Art. 19 - São deveres dos Procuradores Legislativos:**

- I – cumprir diariamente suas responsabilidades funcionais na repartição onde se encontra lotado, foro ou em qualquer tribunal, observado o disposto no § 2º do art. 5º desta Lei;
- II – desempenhar com zelo, dedicação, assiduidade, eficiência e presteza, as funções sob sua responsabilidade e as que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral;
- III – cumprir ordens superiores, salvo quando manifestamente abusivas ou ilegais;
- IV – respeitar as partes e tratá-las com urbanidade;
- V – zelar pela regularidade dos feitos e observar sigilo funcional quanto à matéria dos procedimentos em que atuar;
- VI – agir com discrição nas atribuições de seu cargo ou função, guardando sigilo sobre assuntos internos;
- VII – observar as normas legais e regulamentares, zelando pela lealdade às instituições do patrimônio público;
- VIII – zelar pela boa aplicação dos bens confiados a sua guarda e pela observação do patrimônio público;
- IX – Comunicar ao Presidente da Câmara sobre irregularidades que afetem o desempenho satisfatório de suas atribuições funcionais;
- X – levar ao conhecimento do Procurador-Geral ou do Presidente da Câmara as irregularidades de que tiver ciência, em razão do exercício do cargo ou função;
- XI – manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- XII – apresentar ao superior hierárquico, quando solicitado, relatório de suas atividades, com dados estatísticos ou qualitativos, e sugerir providências para melhoria dos serviços da Procuradoria Legislativa.





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER**

**Art. 13** - O prazo de validade do concurso, as condições de sua realização e os requisitos para inscrição dos candidatos serão fixados em edital que será divulgado de modo a atender ao princípio da publicidade.

**Art. 14** - Não se realizará novo concurso público, para o mesmo cargo, enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior, com prazo de validade ainda não expirado.

**Art.15** - Os cargos do Quadro de Pessoal que vierem a vagar, bem como os que forem criados por esta Lei, só poderão ser providos na forma prevista neste Capítulo.

**Art. 16** – O Conselho Seccional da Ordem Dos Advogados do Brasil deverá ser comunicado sobre a realização do Concurso nos termos do Estatuto da Ordem.

**Art. 17** - São prerrogativas dos Procuradores Legislativo:

I – possuir carteira de identidade funcional, conforme modelo aprovado pelo Procurador-Geral ou Presidente da Câmara; assegurando-lhe o trânsito livre, a isenção de revista em localidades municipais, bem como a solicitação de colaboração de autoridades policiais para o desempenho de suas funções;

II – solicitar das autoridades competentes certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas funções, com direito de preferência no atendimento;

III – tomar ciência pessoal de atos e de termos dos processos em que atuarem;

IV – atuar, no desempenho de suas funções, em juízo ou fora dele;

V – ter vistas dos processos fora dos cartórios e dos Órgãos Municipais;

VI – utilizar os meios de comunicação ou de locomoção municipal, quando o interesse do serviço o exigir.

**Art. 18** - Os Procuradores Legislativos deverão ter irrepreensível conduta pública, zelando pelo prestígio da justiça e velando pela dignidade de suas funções.





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER**

**Art. 20** Aos Procuradores Legislativos é vedado, especialmente:

I - empregar em seu expediente expressões ou termo de desrespeito à Justiça e às autoridades constituídas, exceto críticas formuladas sob aspectos jurídico e doutrinário;

II - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades e aos atos da Administração, em informe, parecer ou despacho;

III - proceder de forma desidiosa ou cometer à pessoa estranha à repartição ou a seus subordinados ou a qualquer outro servidor, o desempenho de encargos e atribuições que lhe competir ou que sejam de sua responsabilidade;

IV - deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada;

V - ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia comunicação e autorização do superior hierárquico;

VI - coagir ou aliciar subordinados com objetivos exclusivamente pessoais ou de natureza político-partidária;

**Art. 21** É defeso ao Procurador Legislativo exercer as suas funções em processos ou procedimentos em face do Poder Legislativo:

I – em que é parte, ou de qualquer forma, interessado;

II – em que atuou como advogado de qualquer das partes;

III – em que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau do requerente ou de terceiro interessado;

IV – nos demais casos previstos na legislação processual e no Estatuto do Advogado e da OAB.

**Art. 22** Não poderão servir, sob chefia imediata do Procurador Legislativo, o seu cônjuge ou companheiro, parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, exceto quando aprovados em concurso público.

**Art. 23** O Procurador Legislativo deverá se declarar por suspeito quando:

I – houver proferido parecer favorável à pretensão deduzida em juízo pela





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER**

parte adversa;

II – houver motivo de foro íntimo, ético e profissional que o iniba de atuar;

III – ocorrer qualquer dos casos previstos na legislação processual.

**Art. 24** Nas hipóteses previstas nos incisos I e II do artigo anterior, o Procurador Legislativo comunicará ao Procurador-Geral ou Presidente da Câmara, em expediente reservado, os motivos de suspeição, para que este os acolha ou os rejeite.

**Art. 25** Aplica-se ao Procurador-Geral as disposições sobre impedimentos, incompatibilidade e suspeição previstos nesta Lei.

**Parágrafo Único.** Em qualquer desses casos, o Procurador-Geral dará ciência do fato ao Presidente da Câmara, para os devidos fins.

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 26** - Os honorários advocatícios de sucumbência, nas causas em que for parte vencedora a Câmara Municipal, pertencem aos Procuradores Legislativos.

§ 1º Fará também jus ao recebimento dos honorários advocatícios de sucumbência, nos termos do caput, o Procurador-Geral do Município.

§ 2º Os honorários não integram a remuneração ou o subsídio do cargo de procurador do município, não servindo como base de cálculo para adicionais, gratificações ou qualquer outra vantagem de natureza remuneratória ou indenizatória.

§ 3º Os honorários advocatícios de sucumbência são verbas de natureza privada, não constituindo encargos ao tesouro municipal.

**Art. 27** Até a realização do Concurso Público e consequente nomeação do aprovado, o Presidente da Câmara Municipal poderá nomear em caráter provisório, em comissão, um profissional inscrito na Ordem dos Advogados para atuar como Procurador Legislativo, sendo o valor da remuneração o valor base do cargo descrito no art. 69, inciso IV da Lei 1.237/2018.

**Parágrafo único** – o Concurso Público para provimento efetivo do cargo de Procurador Legislativo deve ser realizado em até 1 (um) ano da aprovação desta lei.





**ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER**

**Art. 28** Os demais direitos e deveres não tratados por esta lei são aqueles previstos na legislação própria dos Servidores Efetivos do Poder Legislativo.

**Art. 29** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

***Paço Municipal Marechal Rondon, Santo Antonio de Leverger, em 20 de abril de 2020.***

  
**Eduardo Salomão Moreira Silva**

**Presidente da Câmara Municipal de Santo Antonio de Leverger - MT**